

Policiais civis mantêm greve

Bárbara Bezerra

Já entra no quinto dia a greve dos policiais civis no Entorno do Distrito Federal. Cerca de setenta por cento dos serviços da Polícia Civil permaneceram paralisados. Até o fechamento desta edição, a reunião entre policiais e o governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, que iria apresentar uma decisão sobre o fim da paralisação, ainda não havia terminado.

A principal reivindicação da categoria é a equiparação dos salários ao dos policiais do DF. O salário inicial de um policial civil do DF gira em torno de R\$ 3.500, enquanto um policial goiano recebe pouco mais de R\$ 900.

Em entrevista ao Tribuna do Brasil, o vice-presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis da Região Metropolitana de Goiás (Metropol), agente Silveira, afirmou que desde a implantação do

Plano Nacional de Segurança Pública, em 2000, os policiais do Entorno tiveram um aumento na carga horária. A decisão foi tomada, segundo Silveira, após o alerta feito pela ONU (Organização das Nações Unidas) a respeito dos crescentes índices de criminalidade na região. Pelo o aumento da carga horária, os policiais receberiam gratificações incorporadas ao salário, que os equiparariam aos dos policiais do DF. No último dia seis deste mês, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) divulgou dados que indicam a redução da criminalidade em oito cidades do Entorno.

Até o ano passado, as parcelas da gratificação foram pagas. Este ano, segundo informou a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, o convênio firmado entre o Estado de Goiás e a Secretaria Nacional de Segurança

Pública, não havia sido renovado. Por esse motivo, Goiás não recebeu a verba que seria destinada ao pagamento dos policiais.

O secretário de Segurança Pública de Goiás, Jonathas Silva, afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a verba já está garantida no Orçamento da União e que ele já foi duas vezes ao Ministério da Justiça para apressar a assinatura do convênio.

Além do aumento do salário, a corporação também reivindica a volta do pagamento do Auxílio Localidade, que era pago junto com o salário. Esse auxílio seria destinado ao pagamento das custas do deslocamento do policial de alguma cidade do Estado até o entorno. Quinta-feira, os policiais receberam o auxílio-localidade referente ao mês de agosto e tiveram reestabelecida a carga horária de antes do Plano Nacional de Segurança Pública.



Governador Pirillo negocia com os grevistas